

Faces do “novo” desenvolvimento: o trabalho na construção civil em Suape (PE/Brasil)

Victor de Oliveira Rodrigues y Sidartha Soria.

Resumo.

Este artigo tem como objetivo discutir o arcabouço teórico do “novo desenvolvimentismo”, suas implicações políticas e socioeconômicas, bem como seus problemas e ambiguidades conceituais. Por outro lado, traz uma investigação empírica, examinando o recente processo de industrialização na região de Suape (estado de Pernambuco, Brasil), particularmente a situação da indústria da construção. Entre suas conclusões, parece que inicialmente houve um aumento maciço na criação de empregos, mas não a ponto de superar a insegurança no emprego, uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Como destacam as reivindicações dos trabalhadores da indústria civil, a terceirização continua forte, além de condições de trabalho indignas.

Palavras-chave: desenvolvimentismo; Trabalho; Trabalhadores; Precário; Brasil; Suape

Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil /

Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil.

E- mail: rodiguesvistorr@gmail.com

sidartha.soria@gmail.com

Recibido: 06/09/2019- Aceptado: 21/11/2019

Faces of the “new” development: work in civil construction in Suape (PE / Brazil)

Abstract

This paper aims to discuss theoretical frame of “new developmentalism”, its political and socioeconomic implications, as well as its conceptual problems and ambiguities. On the other hand, it brings an empirical research, by examining the recent process of industrialization occurred in Suape’s region (Pernambuco state, Brazil), particularly construction industry’s situation. Among its conclusions, it seems there were initially a massive increase in job creation, but not to the point to overcome work’s precariousness, a structural feature of Brazilian’s labor market. As pointed out by civil industry workers claims, outsourcing remains strong, as much as unworthy labor conditions.

Key words: Developmentalism; Job; Workers; Precarious; Brazil; Suape

Introdução

O período dos governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) marcou o retorno de debates e ações governamentais que recolocaram a questão do desenvolvimento na pauta nacional. Este retorno ao desenvolvimento patrocinado pelos governos do Partido dos Trabalhadores deveria ter uma face distinta das experiências desenvolvimentistas do passado. Para alguns autores, nascia o chamado “novo desenvolvimentismo”.

Conforme o programa de governo da candidatura Lula em 2002 (PT, 2002), o fortalecimento da economia nacional invocava o papel estratégico a ser assumido pelo Estado nacional. Este responderia pela provisão da infraestrutura, financiamento e fomento à C&T. Por outro lado – e aí residiria o traço novo do desenvolvimentismo dos anos 2000 –, em contraste com uma visão que tomava a melhoria das condições de vida e bem-estar como função da dimensão econômico-produtiva, o “novo desenvolvimentismo” proposto pelos governos federais petistas propunha que o aspecto social (e laboral) se tornasse, igualmente, um eixo a orientar o próprio projeto desenvolvimentista.

Nesse sentido, a análise de algumas dimensões do mundo do trabalho na construção civil, tomando como referência o caso do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), nos permite observar, na prática, qual foi o lugar ocupado pela questão social no programa novo desenvolvimentista. As cidades de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho, que abrigam o CIPS, passaram por profundas transformações. De pequenas cidades pacatas, marcadas pelo baixo dinamismo econômico, e com forte tradição de trabalho na agricultura, passaram a ser um grande canteiro de obras que viria a receber um estrondoso contingente de operários vindos das mais diversas regiões do país.

Assim, os objetivos deste trabalho são, por um lado, realizar uma reflexão crítica acerca da noção conceitual de “novo desenvolvimentismo” (doravante, ND), e, por outro, analisar a dinâmica do polo da construção civil em Suape (PE), tomando-o como dimensão empírica da experiência “desenvolvimentista” ocorrida neste território entre 2005 e 2016 (ciclos representados pelos governos Lula e Rousseff). O esforço em combinar ambos os fenômenos – o ND e a dinâmica da construção civil no Território de Suape – justifica-se pelo fato de que estes se relacionam diretamente: à natureza teórica e política do ND corresponde a dinâmica do trabalho em um setor laboral que literalmente lança as bases sobre as quais o progresso econômico ocorre.

Do ponto de vista metodológico, os temas abordados no texto correspondem muito exatamente a momentos constitutivos de um mesmo fenômeno sociológico. Assim, tal fenômeno inicia-se com o planejamento – expressando determinadas concepções teórico-ideológicas e interesses sociopolíticos – de um conjunto de ações que irão transformar a natureza física e humana em determinada localidade e região. Tal transformação combina uma intervenção direta – na forma da mobilização de um gigantesco contingente de trabalhadores, máquinas e outros recursos – sobre uma realidade sociocultural e econômica previamente existente.

Dado que o ND, tal como foi sendo formulado ao longo dos anos 2000, apresenta a novidade do “social como eixo” do desenvolvimento, é de se supor que os prováveis impactos sociais (para não falar dos ambientais) do megaempreendimento, desejados e indesejados, devessem ter sido não apenas antecipados, como equacionados ou mitigados no caso de efeitos indesejados.

O artigo divide-se em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira, será feita uma breve resenha sobre o novo desenvolvimentismo como objeto de pesquisa e referencial teórico-ideológico. Serão destacados o contexto histórico de seu surgimento, principais traços distintivos e suas ambiguidades teórico-conceituais, manifestas também no plano político-ideológico.

A segunda parte apresenta o Polo de Suape em Pernambuco como “laboratório” do novo impulso desenvolvimentista ocorrido na década de 2000. Um quadro geral do território de Suape, das agudas transformações econômicas e sociais experimentadas em menos de uma década, e dos problemas que também surgem em decorrência do rápido impulso econômico, compõe o segundo item.

Finalmente, o terceiro item se debruçará sobre a principal categoria econômica e laboral envolvida pelo rápido (e não exatamente ordenado) crescimento econômico experimentado pela região pernambucana de Suape, o setor da construção civil. Aqui, serão apresentados dados sobre o mercado de trabalho neste segmento, o perfil dos operários, a dinâmica e as condições de trabalho. As considerações finais destacarão as lições a serem retidas de um processo ainda em marcha.

1. O novo desenvolvimentismo dos anos 2000

Contexto histórico e conceituação do novo desenvolvimentismo

Ao longo da década de 1990 e particularmente em sua segunda metade, o país foi governado por um projeto político que buscava a redução dos papéis do Estado na economia e na socie-

dade, via políticas liberalizantes em frentes diversas, e um maior protagonismo das forças de mercado nas mesmas. Com a derrota de tal projeto nas eleições presidenciais de 2002, abriu-se caminho para o retorno potencial de temáticas e práticas que recolocassem a noção de desenvolvimento em voga.

Amparado em seu programa de governo (PT, 2002), o presidente Lula defendia, como propostas no campo econômico e produtivo, o fortalecimento da economia nacional a partir do papel estratégico do Estado, tanto na provisão da infraestrutura, financiamento e fomento à C&T, quanto na articulação de políticas com entes privados em direção ao aumento da capacidade competitiva externa do país. Sem romper com o ideal de manter o equilíbrio fiscal, o governo Lula elegia também a dimensão social como eixo a orientar o desenvolvimento.

O primeiro autor a mencionar o termo “novo desenvolvimentismo” foi Luiz Carlos Bresser Pereira (2004). A partir daí e nos dez anos seguintes, diversos autores se revezariam na defesa ou uso conceitual do termo, ou discutindo temas correlatos e que o citavam.

Embora existam certas diferenças entre a literatura mencionada sobre o que seria o ND, alguns elementos-chave comuns se destacam. O ND surge como alternativa à ortodoxia convencional liberalizante; não obstante, diferencia-se também do velho nacional-desenvolvimentismo do séc. XX (BRESSER-PEREIRA, 2016). Eis algumas características do ND, por contraste ao velho desenvolvimentismo (VD).

O ND não defende o protecionismo. Como, no caso brasileiro, já existiria um parque industrial de relativa maturidade, não caberia apelar às barreiras tarifárias de outrora, e sim insistir em uma política cambial que favorecesse tanto importações que ajudassem no aprimoramento do parque produtivo e no crescimento do mercado interno nacionais, além de favorecer as exportações (Bresser-Pereira, 2011; Oreiro, 2012; Sicsú et al., 2007).

O Estado novo-desenvolvimentista deve ser regulador, normativo e encorajador, mais do que agente direto, no âmbito produtivo (Bresser-Pereira, 2011). Deve regular a concorrência, bem como induzir e coordenar a atividade econômica (Sicsú et al., 2007; Diniz, 2011). Para Gaitán (2011), é um tipo específico de intervencionismo, o que busque uma coordenação virtuosa entre os setores público e privado.

A terceira característica do ND estaria em ele não advogar uma política industrial ativa, e sim defender uma política macroeconômica – fundada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas, taxa de câmbio competitiva – que apoie o impulso industrializante (Bresser-Pereira, 2011). Já Sicsú et al. (2007) não descartam o uso de políticas industrial e de comércio exterior ativas, para apoiar o esforço exportador da indústria nacional.

A quarta característica distintiva do ND em relação ao VD seria o combate aos déficits públicos como mecanismo de fomento ao crescimento econômico (Boschi; Gaitán, 2011). Para Bresser-Pereira (2011), o Estado deve-se manter equilibrado em suas finanças para não depender do rentismo parasitário. Para Oreiro (2012), gastos públicos descontrolados podem comprometer o esforço exportador, diminuindo seu ímpeto e gerando potenciais déficits comerciais.

Em relação à inflação, o ND seria igualmente (a exemplo do déficit público) intolerante. Para Oreiro (2012), a autoridade monetária deve manter a inflação sob controle para não gerar incerteza nos agentes econômicos, mas não baixa demais, a ponto do risco de gerar desinflação.

Finalmente, o ND deve se apoiar de modo mais efetivo no processo de inclusão social, colocando a redistribuição da renda e a equidade como prioridades. Relativamente a esta última

característica do ND, faz-se necessário discuti-lo em item específico, dada sua importância para os propósitos deste trabalho.

Limites teóricos do novo desenvolvimentismo: a questão do “social como eixo”

Fechando a descrição das características distintivas do ND, tem-se que este deve se apoiar de modo mais efetivo no processo de inclusão social e de diminuição das desigualdades socioeconômicas, colocando a redistribuição da renda e a equidade como eixo estruturante do impulso desenvolvimentista, e não (mais) como efeito colateral deste. Deve, então, combinar políticas de crescimento com políticas de distribuição, “mas a posição do segundo objetivo mudou de lugar na constelação desenvolvimentista, tornando-se epicentro do projeto (...)” (Cepêda, 2012: 85). As políticas de distribuição, por sua vez, envolvem uma ampla gama de ações, que fazem da distribuição e da inclusão processos com múltiplas dimensões. Tem-se, para começar, o fomento ao consumo de massa, obtido em princípio, mas não somente, por programas de transferência direta e indireta de renda.

A combinação entre crescimento e distribuição tratar-se-ia, portanto, de um processo com vistas ao fortalecimento da dimensão social e política. O sujeito político é portador e demandante de direitos em sua trajetória rumo à participação e inclusão nos benefícios do desenvolvimento, os quais passariam a ser coletivamente percebidos (Cepêda, 2012).

A importância política conferida, pelos governos federais nos anos 2000, ao propalado eixo social do desenvolvimento foi tal que suscitou, na literatura especializada no tema, a noção de social desenvolvimentismo. Embora as distinções conceituais entre “novo desenvolvimentismo” e “social desenvolvimentismo” não sejam vitais para esta análise, é justo tecer breves considerações sobre tal terminologia.

O termo “social desenvolvimentismo” foi sugerido pelo então Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega (Valor Online, 2007). Ele aponta para a ênfase no mercado interno como fator que puxaria o desenvolvimento. O fortalecimento do mercado interno se daria pelo conjunto de ações – políticas sociais e políticas redistributivas – que, ao realizarem a redução da desigualdade e da pobreza, elevariam a renda disponível pela maior parte da população, com destaque para os estratos sociais mais baixos, ampliando, assim, o mercado de consumo.

Para Bielschowsky (2012), o modelo de produção e consumo de massa representa uma grande oportunidade para o país. O Brasil teria um vasto mercado de consumo em potencial, que poderia ser efetivamente ativado por um modelo de crescimento baseado em uma melhoria distributiva da renda. A forte expansão do mercado de consumo de massa observada pelo autor nos últimos anos (o artigo é de 2012) seria evidência disso, ao se basear na expansão da massa salarial, programas públicos de transferência de renda e estabilidade de preços de bens de consumo. Ao apontar, com isso, para o fomento do mercado interno de consumo, Bastos (2012: 794) propôs chamar o social desenvolvimentismo de “desenvolvimentismo distributivo do setor público”.

No que se refere aos propósitos deste trabalho, devem-se separar as quatro primeiras características do ND da última. A hipótese proposta sugere que a característica do “social como eixo do desenvolvimento” pode se ver comprometida por problemas já no plano conceitual do ideário novo-desenvolvimentista, expressos em suas demais características.

Quando Bresser-Pereira (2016) posiciona o ND como um ideário situado entre o VD e a

ortodoxia convencional, logicamente tal posição deve cobrar seu preço, qual seja, o de forçosamente admitir acertos conceituais da ortodoxia liberalizante, a mesma que fora reputada como insuficiente ou fracassada enquanto modelo de sistematização estatal e socioeconômica. Ao reconhecer a validade de certos postulados liberalizantes, o ND revela um flanco exposto.

Para Fiori (2011), o ND, ao manter o debate circunscrito ao campo da macroeconomia, revela-se uma abordagem teoricamente pobre. Incapaz de alcançar os aspectos mais fundamentais do desenvolvimento nacional, o ND se veria perdido em meio a propostas contraditórias – que visam fortalecer o Estado e o mercado; a concorrência e “campeões nacionais”; a defesa da produção nacional e a abertura comercial; uma política fiscal ativa, mas também austera etc. Contrapondo, ao ND, as experiências recentes de desenvolvimento asiáticas, Fiori (2012) afirma ser o ND uma abordagem insuficiente, para dizer o mínimo, à causa do desenvolvimento.

Somando-se à crítica de Fiori, sugere-se que a proposição de que os pilares ortodoxos do ND refreariam os resultados almejados no tocante à última característica do novo desenvolvimentismo – a do desenvolvimento em função do “social como eixo”, das necessidades e demandas de uma coletividade diversificada.

Assim, primeiramente o Estado mobilizaria forças para iniciar o processo industrializante e de crescimento econômico. Coordenaria esforços com a iniciativa privada, concederia financiamento e/ou subsídios para a vinda das empresas e se encarregaria de erigir a infraestrutura, qualificação da força de trabalho etc., necessários à viabilização do empreendimento econômico.

Mas, a seguir, entrariam em ação os pilares ortodoxos componentes do Estado novo-desenvolvimentista. O mesmo Estado que fomenta a expansão das empresas e o crescimento econômico deverá cumprir exigências tipicamente liberalizantes, tais como o controle dos gastos públicos, a obsessão por baixos déficits etc. Respeitar tais pilares implica na limitação da expansão da máquina pública, como instituições que deveriam equacionar ou deter os efeitos socialmente indesejáveis ou disfunções inevitáveis a qualquer projeto de desenvolvimento.

Portanto, a prioridade conferida às forças do mercado no impulso industrializante e desenvolvimentista não seria seguida por igual efetivação do “social como eixo”. Repetir-se-iam os problemas próprios do velho desenvolvimentismo – a prioridade do interesse de mercado negligenciaria demandas de setores da sociedade atingidos pelas vagas do crescimento econômico rápido e desenfreado. O Estado novo-desenvolvimentista mobilizaria as forças necessárias ao impulso pelo desenvolvimento, mas sua dimensão “liberalizante” limitaria a possibilidade de o Estado efetivar o ideal do “social como eixo do desenvolvimento”, entendendo-se por isso a incorporação – via expansão da máquina pública em tal sentido – dos interesses, demandas e dinâmicas sociais, populares etc., na busca pelo desenvolvimento.

O caso da experiência industrializante efetuada no Polo de Suape (PE), antecedido necessariamente pela mobilização do setor da construção civil e construção pesada, deverá servir como exemplo empírico da problematização teórica feita até aqui. É o que se abordará nos itens seguintes.

2. Suape: características gerais da experiência industrializante e de seus dilemas

O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE foi concebido origi-

nalmente na década de 1950. O projeto de Suape chegou a entrar no II PND, mas fatores conjunturais impediram os investimentos previstos. O complexo começou a funcionar em 1983, com a Petrobras como primeira empresa instalada.

A partir de 2007 ocorrerá o boom no Complexo de Suape que dará à região suas feições atuais. A área se torna um gigantesco canteiro de obras, concentrando investimentos públicos e privados de grande porte. Entre 2007 e 2010 o volume de investimentos é dez vezes maior do que em todos os períodos anteriores. Mais de 100 empresas ocupam a área, em setores como petróleo e gás; petroquímico têxtil sintético e de resinas plásticas; naval; energia eólica; siderurgia; alimentos e bebidas; cerâmica, etc. Os investimentos superam a marca de R\$ 23 bilhões (Godoy, 2014).

A fim de fazer frente ao enorme impacto econômico e social gerado por Suape na região, constituiu-se o Território Estratégico de Suape, no qual o complexo está instalado e que abrange os municípios de Ipojuca, Cabo, Moreno, Escada, Jaboatão dos Guararapes, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém. O complexo de Suape mesmo localiza-se em Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, enquanto as demais cidades servem como locais para setores acessórios e empresas subsidiárias às instaladas no interior do polo (Godoy, 2014).

Os problemas sociais ocasionados pelo surto econômico da região não se fizeram esperar. A começar por uma grande discrepância entre o crescimento do PIB dos municípios do Território de Suape e seus respectivos crescimentos do PIB per capita (Godoy e Medeiros, 2015), o que sugere um movimento renovado de concentração de riqueza.

Tomando apenas os dados relativos à cidade de Ipojuca (que, não obstante, concentra a maior parte das indústrias), tem-se que a população aumentou 36% entre 2000 e 2010 (contra 9% de Pernambuco). O número de trabalhadores saltou 291,9% entre 2006 e 2011. O PIB municipal cresceu 864,88% entre 1999 e 2010 (contra 382,59% de Pernambuco e 295,11% do país). Em 2010, o PIB per capita foi de R\$ 112.924,25 (dez vezes a média de Pernambuco). O PIB per capita subiu 576,49% entre 1999 e 2010 (cf. *supra*).

Por outro lado, em 2010 Ipojuca tinha uma renda média domiciliar de R\$ 416,18, inferior ao salário mínimo e à média pernambucana (R\$ 629,99). Embora o salário médio tenha saltado de 2,7 salários mínimos em 2007 para 4,3 em 2011, 61% da população recebia, em 2010, menos do que dois salários mínimos. Há uma grande concentração de renda; embora o PIB tenha aumentado enormemente, a maior parte da renda de salários e outras remunerações é concentrada por uma minoria. Problemas sociais profundos, como em educação e saúde, persistem, mesmo em face do aumento rápido da renda. A população rural cai e a urbana sobe em ritmo acelerado (cf. *supra*).

Na PEA do Território, 56% não possuíam o 2º grau e quase 30% não possuíam o 1º grau ou instrução. Explodiu o consumo de drogas ilícitas e de álcool, em volume quase dez vezes superior ao do estado. A mortalidade infantil no Território é elevada, 32,52 crianças por mil vivas. Em Ipojuca, 65% da população não tinha concluído o ensino fundamental em 2010. Com índice de desemprego de 7%, mais de 40% da população estava empregada na construção civil, em funções de baixa qualificação técnica e baixos salários. A prostituição infantil segue crescendo em todo o Território (Araújo e Almeida, 2012).

Assim, o desenvolvimento econômico a qualquer custo pode gerar problemas de dois tipos: 1) ao atingir áreas já ocupadas anteriormente e com sua própria organização social, econômi-

ca e cultural, mudando drasticamente sua dinâmica e gerando desequilíbrios diversos; ou 2) problemas advindos do impulso industrializante em si mesmo, que, ao se efetivar, mobiliza uma grande quantidade de recursos materiais e humanos, o que por si só gera distorções ou disfunções diversas nas áreas em que se materializa, sem a contrapartida de ações que solucionem ou ao menos mitiguem tais distorções e disfunções.

O caso específico do setor da construção civil em Suape aparentemente geraria situações empíricas correspondentes às duas ordens de problemas supramencionadas, como será discutido a seguir.

3. Construção civil em Suape

A construção civil foi, inicialmente, o setor que atraiu o maior contingente de trabalhadores. Na microrregião de Suape – composta pelos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho – o número de trabalhadores neste segmento, de acordo com a Relação Anual de Informações sociais (RAIS), atingiu quase 40 mil em seu apogeu, antes de experimentar uma aguda queda. Tal evolução será vista em maiores detalhes logo adiante. Antes, será feita uma caracterização do perfil da categoria em Suape, com dados comparativos do estado e do país.

Breve caracterização dos trabalhadores da construção civil em Suape

Observando-se o estoque total de empregos formais e sua variação entre 2005 e 2015, por grande setor econômico (IBGE), teve-se que o grande setor da construção civil foi o que mais cresceu, tanto em nível nacional, quanto para o estado de Pernambuco e para a Microrregião de Suape. Deve-se ter em conta, preliminarmente, que a economia nacional (e as regionais em geral) experimentou trajetória de crescimento até 2012, e de esfriamento a partir daí, culminando na recessão de 2015. Daí os picos de elevação do nível de emprego situarem-se entre os anos de 2010 e 2012 (Tabela 1).

Considerando-se o Brasil, a participação do setor da construção civil sobre o total cresceu 34,5%, passando de 3,7% do total de vínculos para 5% em 2015 – com o pico de 6% sendo alcançado em 2012. Em termos absolutos, passou de 1,25 milhão de vínculos em 2005 para quase 2,5 milhões em 2015.

Em Pernambuco, o setor de construção aumentou sua participação em 27,4%, passando de 3,9% a 4,9% entre 2005 e 2015 – com um pico de nada menos que 8,8% do total de vínculos no estado em 2011.

Finalmente, na Microrregião de Suape, a construção civil aumentou sua participação sobre o total de vínculos em mais de 93% no período em tela, passando de 2,6% do total de vínculos para 5,1% em 2015. O pico do setor deu-se em 2011, quando chegou a ter 35,4% de todos os empregos formais na região. É válido assinalar que os empregos na construção civil em Suape chegaram a representar, em 2011, mais de 25% dos empregos na construção civil de todo o estado, o que indica o forte nível de investimentos em infraestrutura no polo de Suape.

Tabela 1 – Empregos na construção civil sobre o total de ocupações, em %

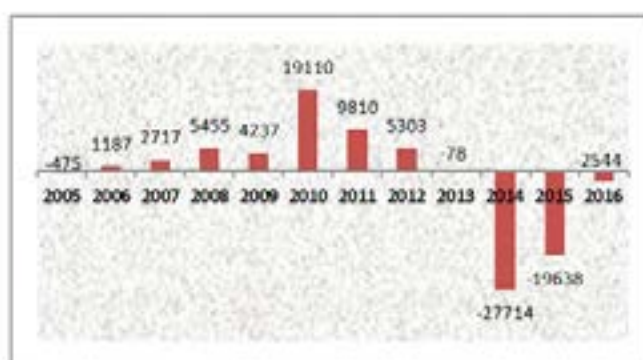
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	3,7	4,0	4,3	4,9	5,2	5,7	5,9	6,0	5,9	5,7	5,0
Pernambuco	3,9	4,1	4,4	5,3	6,1	8,0	8,8	8,7	8,3	6,6	4,9
Suape	2,6	4,1	7,5	10,9	11,6	28,1	35,4	27,9	26,0	17,4	5,1

Fonte: RAIS/MTE (IBGE, grande setor). Elaboração Própria.

O gráfico 1 mostra a evolução dos saldos anuais de vagas Suape no setor da construção civil, segundo as bases de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Observe-se que os dados refletem os momentos de expansão, desaceleração e queda no período. no estado em 2011.

Finalmente, na Microrregião de Suape, a construção civil aumentou sua participação sobre o total de vínculos em mais de 93% no período em tela, passando de 2,6% do total de vínculos para 5,1% em 2015. O pico do setor deu-se em 2011, quando chegou a ter 35,4% de todos os empregos formais na região. É válido assinalar que os empregos na construção civil em Suape chegaram a representar, em 2011, mais de 25% dos empregos na construção civil de todo o estado, o que indica o forte nível de investimentos em infraestrutura no polo de Suape.

Gráfico 1 – Saldos de vagas formais de trabalho na construção civil, Suape



Fonte: CAGED/MTE (IBGE, grande setor). Elaboração Própria.

A seguir, exibem-se dados sobre o perfil da categoria relativamente a variáveis como escolaridade, faixa etária e faixa de rendimentos. A Tabela 2 traz, para Suape, o estoque de vínculos desagregado por faixas de escolaridade, bem como sua variação entre 2006 e 2016.

Tabela 2 – Trabalhadores da construção civil em Suape por faixa de escolaridade, 2006-2016

Escolaridade após 2005	2006	2016	Variação %
Analfabeto	12	4	-66,7
Até 5ª Incompleto	137	119	-13,1
5ª Completo Fundamental	108	72	-33,3
6ª a 9ª Fundamental	185	222	20,0
Fundamental Completo	438	294	-32,9
Médio Incompleto	174	222	27,6
Médio Completo	660	1765	167,4
Superior Incompleto	40	72	80,0
Superior Completo	55	213	287,3

Fonte: RAIS/MTE (IBGE, grande setor). Elaboração Própria.

Em suma, os dados mostram que houve redução dos percentuais de trabalhadores em construção menos escolarizados, e aumento da participação nas faixas de maior escolaridade, tanto para o estado quanto para a microrregião de Suape.

Ao se observar (Tabela 3) o contingente de trabalhadores da construção civil em Suape por faixa etária, observa-se que, entre 2006 e 2016, tem-se que, embora todas as faixas exibam crescimento absoluto no período, as faixas etárias mais jovens (até 29 anos) perderam espaço em termos relativos, enquanto as mais velhas aumentaram sua participação. Ou seja, o contingente de trabalhadores passou a ser composto por indivíduos mais velhos ao longo do período.

Tabela 3 – Trabalhadores da construção civil em Suape por faixa etária, 2005-2016

Faixa Etária	2005	2016	Variação %
18 a 24	61	21	94,4
25 a 29	17	92	107,4
30 a 39	68	355	206,5
40 a 49	19	49	200,5
50 a 59	00	78	297,0

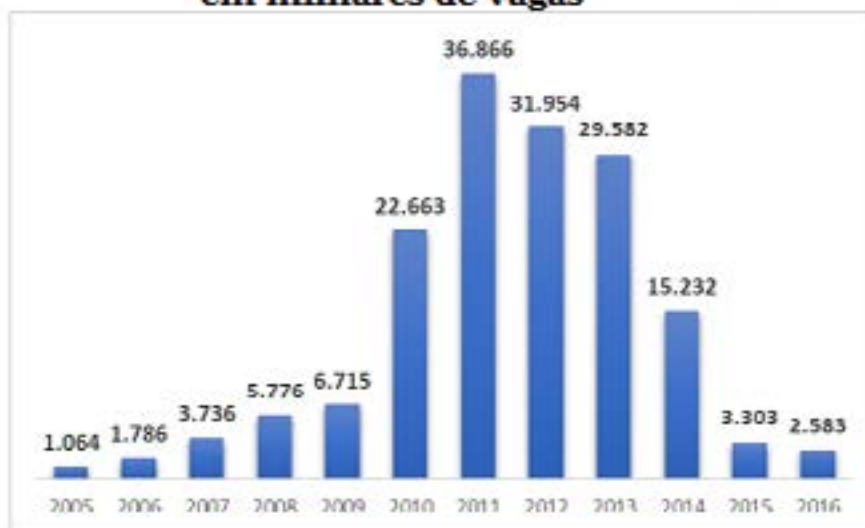
Fonte: RAIS/MTE (IBGE, grande setor). Elaboração Própria.

OBS: ficaram de fora as faixas de 10 a 17 e de mais de 65, por representarem quantidade muito pequena de vínculos.

Considerando a evolução e distribuição dos empregos na construção em Suape em termos absolutos (Gráfico 4), tem-se que o período considerado pode ser subdividido em três momentos. O primeiro (2005-2009) é de crescimento significativo do número de vagas – 531,1%, ou 132,7% em média por ano. No segundo momento (2009-2011) ocorre um crescimento explosivo – 449% entre 2009 e 2011, ou 224% por ano. Tal crescimento coincide com o início da construção de dois grandes empreendimentos industriais no território, a refinaria de Abreu e Lima e a petroquímica, em investimentos que totalizaram quase 9 bilhões de reais (Veras de Oliveira, 2013).

E o terceiro momento (2011-2016) foi de descenso, de moderado (queda de 19,7% em 2011-2013) a agudo (queda de 91,3% em 2013-2016). A este respeito, dois podem ter sido os principais fatores explicativos do declínio (ou três, considerando-se também a influência do ciclo econômico recessivo que toma o país a partir de 2014-2015): um seria a operação Lava Jato (Sicsú, 2017). Instaurada em 2014, investigação que recaiu sobre os casos de corrupção envolvendo o alto escalão da Petrobrás, atores políticos de relevo e, também, as grandes empreiteiras contratadas pela estatal, com óbvios impactos no tocante à construção pesada. E o outro seria a própria tendência à desmobilização de empregos decorrente da conclusão de grande parte das obras de infraestrutura. Em todo caso, o enlace entre crise econômica e crise política fez com que, ainda que as obras não tivessem findado, houvesse a demissão massiva do contingente de trabalhadores.

Gráfico 2 – Vínculos ativos na construção civil em Suape, 2002-2016, em milhares de vagas



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Analisando agora a evolução e distribuição dos empregos na construção civil em Suape por faixas de rendimento, a Tabela 4 traz os dados – as faixas de rendimento exibidas abrangem, em média, pouco mais de 90% de todos os vínculos de emprego no setor, de modo que optou-se por analisá-las mais a fundo.

Tabela 4 – Distribuição relativa dos vínculos em construção civil por faixas de renda média (salários mínimos), Suape, %

Faixa SMs	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1,01 a 1,50	21,1	19,0	15,2	18,2	25,2	17,9	12,7	11,6	12,7	8,4	23,8	16,9
1,51 a 2,00	22,2	18,7	20,0	24,9	24,6	18,4	16,3	13,5	13,5	12,5	21,2	18,4
2,01 a 3,00	21,6	22,5	31,3	26,0	22,5	26,8	29,1	28,7	26,8	22,8	21,1	27,6
3,01 a 4,00	16,7	18,3	12,9	14,7	8,2	13,4	17,1	20,8	20,8	18,4	13,2	14,4
4,01 a 5,00	5,5	9,2	6,5	5,1	5,2	5,5	7,1	6,4	7,5	13,8	4,9	7,5
5,01 a 7,00	5,5	7,9	8,1	5,8	4,9	6,4	6,4	5,8	6,0	9,3	5,4	5,8

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Em suma, nas fases de crescimento os salários tendem a subir – eles vão migrando para as faixas superiores de renda –, ocorrendo o contrário na fase de decrescimento. Mas há de se considerar o seguinte. A mobilidade dos salários nas duas faixas mais baixas tende a estacionar na terceira faixa. As demais faixas superiores também crescem, mas em menor medida. Outra ressalva diz respeito aos mecanismos à disposição do patronato para deter ou limitar o crescimento dos valores pagos a salários e benefícios, entre os quais figura o recurso à demissão imotivada (sem justa causa).

Assumindo como hipótese que tal recurso seja usado como expediente de controle de custos salariais, procedeu-se ao seguinte exercício junto à base de dados do CAGED. O estoque anual de demissões traz a soma das várias formas de demissão (aposentadoria, morte, a pedido, em acordo com o patrão etc.). Para cada ano da série, calculamos a proporção que a demissão imotivada representava sobre o total de demissões, e a seguir a média aritmética entre estes valores anuais, chegando-se a uma proporção média geral da demissão imotivada para toda a série. Finalmente, os estoques anuais de demissões foram desagregados por faixa salarial, e de cada faixa também foi feita a proporção ocupada pelos estoques de demissão imotivada, repetindo-se a operação feita em relação ao estoque total de desligamentos. Os resultados estão na Tabela 5.

Tabela 5 – Incidência das demissões imotivadas sobre o total de demissões, por faixa salarial (salários mínimos), 2005-2016, Suape, em %

Faixas salariais	% demissões imotivadas
1,01 a 1,50 SMs	89,3
1,51 a 2,00 SMs	92,0
2,01 a 3,00 SMs	93,2
3,01 a 4,00 SMs	94,2
4,01 a 5,00 SMs	93,0
5,01 a 7,00 SMs	94,2
Total Geral	91,6

Fonte: CAGED/MTE (IBGE, grande setor). Elaboração Própria.

Tem-se que, em Suape, entre 2005 e 2016, as demissões imotivadas corresponderam, em média, a 91,6% do estoque total de desligamentos. Trata-se de um número bastante elevado,

embora esperado, uma vez que reflete a rotatividade muito elevada do emprego no país.

E, embora não pareçam variar bastante em relação à média do estoque total no período, pode-se notar que a incidência de demissões imotivadas é maior do que ela nas faixas superiores de rendimento, no que alcança o valor de 94,2% em faixas como de 3 a 4 SMs e de 5 a 7 SMs. Embora mais análises fossem necessárias aqui, tais dados não desmentem a hipótese da demissão imotivada como forma de controle de custos salariais.

As percepções de moradores da região e trabalhadores da construção civil

As amplas mudanças decorrentes desse processo de estabelecimento do parque industrial e do enorme fluxo de trabalhadores na construção civil logo se fizeram sentir. O aumento massivo do número de “homens de firma”, como também ficaram conhecidos os trabalhadores de Suape, alterou consideravelmente a rotina das cidades, sobretudo Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, onde está localizado o território legal de Suape.

Segundo um morador da região, “Aqui era um lugar pacato. A gente conhecia todo mundo. Agora não conhecemos mais ninguém. Chegaram esses homens com palavreados diferentes e tomaram os bairros, as praias. A cidade virou dormitório de Suape”.

Os grandes empreendimentos em Suape geraram uma forte expectativa de emprego na população local. A ampla divulgação das vagas, feita pela mídia, reavivou o sonho do primeiro emprego, assim como a possibilidade de voltar a ter carteira de trabalho assinada – ou tê-la pela primeira vez – e, conseqüentemente, a (re)inserção numa rede social de direitos gerados a partir do contrato de trabalho formal.

A euforia inicial, no entanto, logo passou a dividir espaço com os conflitos recorrentes da relação entre capital e trabalho no segmento. Os operários da construção civil, em Suape, notadamente os que trabalhavam nas obras da Petroquímica Suape e da Refinaria Abreu e Lima, assim como os demais operários dos grandes canteiros de obras de infraestrutura vinculadas ao PAC, protagonizaram, sobretudo em 2011 e 2012 greves massivas que foram marcadas por ações radicais, como destruição e incêndios de alojamentos.

Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em março de 2011, mais de 160 mil trabalhadores cruzaram os braços nos grandes canteiros de obras espalhados pelo Brasil (DIEESE, 2011). Além dos trabalhadores das obras já mencionadas em Suape, destacaram-se também as mobilizações dos trabalhadores dos seguintes canteiros: Usina Hidrelétrica de Jirau (Rondônia), Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (Rondônia), Usina Hidrelétrica de São Domingos (Mato Grosso do Sul) e da Termoelétrica de Pecém (Ceará) (Balza, 2011).

As mobilizações e greves elencadas acima tiveram as condições de trabalho como bandeira central de reivindicação (Véras de Oliveira, 2013; 2014; Rodrigues, 2012). Com base nos depoimentos coletados junto aos trabalhadores – a coleta deu-se ao longo do ano de 2011 –, apresentaremos abaixo algumas das principais características das condições de trabalho e da dinâmica entre os trabalhadores e, em seguida, analisaremos alguns números extraídos de dados secundários para traçar um perfil amplo destes trabalhadores.

Fragmentação e terceirização

No setor da construção civil, diferentemente de outros segmentos, a chamada reestruturação produtiva tem sido marcada mais pela introdução de novas tecnologias na confecção dos materiais e menos pela adoção de novas máquinas (DIEESE, 2001). Seguindo a tendência dominante no mundo do trabalho, no que diz respeito às contratações, é prática comum, atualmente, que a empresa construtora responsável por determinada obra, terceirize, através de subempreiteiras, um amplo leque de atividades. A terceirização geraria, como efeitos, a precarização dos vínculos de trabalho e a segregação entre trabalhadores.

Um dos nossos entrevistados, que trabalhou nas duas principais obras no complexo de Sua-pe, tanto na condição de contratado pela empreiteira principal como na condição de terceirizado, relata algumas das principais diferenças percebidas por ele.

Trabalhador 1: Lá no Estaleiro pude perceber uma diferença da gente que era da terceirizada para o pessoal que era do Estaleiro. Por exemplo, a gente almoçava em refeitórios diferentes. O pessoal do Estaleiro comia num refeitório de manhã, fazia o desjejum no refeitório, a refeição era até melhor porque tinha frutas e tal... e a gente fazia em outro refeitório, todas as terceirizadas comiam lá e o almoço da gente era diferente. No Estaleiro é a nutricionista que faz, o café da manhã é reforçado, com comida regional, cuscuz, macaxeira, aí vem dois pães com ovo, com alguma coisa dentro, vem uma verdura, vem fruta, você come uma banana, uma melancia, essas coisas e vem um café e um suco. Já na terceirizada, era só o pão, tá entendendo? Então pra ficar até meio dia, trabalhando até meio dia, aí era comida menos reforçada, né?

Além das diferenças na qualidade da alimentação, aparece também, nos relatos, o caso de empresas terceirizadas que, diferentemente da empreiteira principal, não ofereciam o café da manhã aos trabalhadores, obrigando-os a acordarem mais cedo para preparar e realizar a refeição matinal.

Assim como as diferenças no tratamento e condições desiguais de trabalho, a terceirização também tem implicações diretas nas distorções salariais. A questão da equiparação salarial foi um tema recorrente nas entrevistas e é apontado como uma das principais fontes de insatisfação dos trabalhadores e, também, um dos motivos que causa a alta rotatividade nos postos de trabalho.

Trabalhador 1: Aí tem essa diferença, né? Embora o serviço seja o mesmo, né? O pessoal, ambos trabalham do mesmo jeito, fazem as mesmas horas extras, tudinho, mas tem essa diferença de salário. Então, o pessoal quando entra numa quarteirizada, entra já na perspectiva de passar pra terceirizada, que também não é mil maravilhas, tá entendendo? E a gente fica rodando, como tem muita empresa lá, a gente fica mudando direto de empresa, a gente só espera matar o aviso prévio, a experiência de três, dois meses e depois a gente já pula.

No mesmo sentido, a fala do trabalhador 2 complementa:

Os trabalhadores do Sul e Sudeste recebem quase o dobro do salário do pessoal daqui. Sem contar, que muita mão de obra especializada vem de fora. Então o pessoal de fora recebe mais do que o pessoal daqui. Um engenheiro de fora recebe um salário maior, mais benefícios dos os engenheiros daqui. Os Encarregados também e por aí vai.

A busca pela igualdade salarial provocou uma greve, em novembro de 2010, dos trabalhadores das obras do consórcio Conest-Rnest (GUARDA; LIMA, 2011). A procedência dos trabalhadores tem sido apontada como um ponto de conflito e de classificação: 52,6% dos trabalhadores seriam pernambucanos e 47,4% procedentes de outros 25 estados da Federação (cf. supra).

Os trabalhadores vindos de outros estados são conhecidos como peões “trecheiros”. Compartilham o fato de percorrerem as mais diversas regiões do país em função da oferta de emprego em grandes obras. Trazem consigo as experiências em relação os conflitos presenciados durante essa trajetória itinerante.

Já os trabalhadores de Pernambuco podem ser divididos em dois grupos. O primeiro é composto por aqueles que trabalhavam na agricultura e, em muitos casos, no corte da cana-de-açúcar. O segundo grupo é formado pelos trabalhadores vindos de outras regiões e que trazem consigo suas experiências.

Para os primeiros, trabalhar em Suape significa uma melhoria na sua condição social, ainda que existam problemas. São chamados de peão “cabaço” pelos trabalhadores vindos de fora, os trecheiros. O apelido é decorrente da inexperiência profissional no setor em que estão trabalhando atualmente, bem como as ações coletivas no mundo do trabalho. Normalmente, os cabaços são contratados para ocupar os postos de trabalho mais baixos na hierarquia da obra. Recorremos novamente às nossas entrevistas:

Trabalhador 1: É... o cara que corta cana, o que acontece? Quando a Conest chamou esse pessoal, a Conest deu um curso, profissionalizou o cara, então pra esses caras, na cabeça deles, a empresa tá fazendo muito pra eles, pra vida deles, por quê? Por que o cara cortava cana e estava tendo um curso, e tava ganhando uma profissão, e pra eles, o seguinte, só o fato, as vezes o salário pode ser pouco, mas só o fato do ônibus pegar ele deixar e ele na frente de casa, um ônibus confortável, as vezes com ar-condicionado, isso pra ele é como se fosse um status, tá entendendo?

Como podemos constatar, ainda que ocupem os cargos mais baixos, estar empregado em Suape significa uma elevação no status social daqueles trabalhadores. Antes, em uma sociedade onde uma boa parcela das pessoas trabalhava na agricultura, o maior prestígio social era atribuído aos que conseguiam emprego no comércio local.

No entanto, após o início das grandes obras, o maior reconhecimento social está voltado para os “homens de firma” que desfilam orgulhosos com seus uniformes mesmo que não estejam em dia de trabalho. Notamos que existe uma identidade gerada a partir do uniforme, ao que seria o ápice do mercado de trabalho formal.

Trabalhador 1: A gente fica brincando, fica dizendo assim: porra, esse cara é doido! Final de semana (...) é na moral mesmo, o cara lava a farda, porra... bota o jaleco, aquela porra e vai sair, po! Pra passear, não é pra trabalhar, é pra passear na cidade, pra dizer: “tô empregado, tô trabalhando em Suape” Independente do salário, isso é com o pessoal daqui, por isso essa rixa da galera de fora com o pessoal aqui.

A rixa referida na fala acima está diretamente relacionada, entre outros fatores, ao significado que os distintos grupos de trabalhadores atribuem ao que seria trabalhar em Suape. Recorremos a mais um trecho da entrevista citada:

Pesquisador: Com o pessoal de fora esse deslumbramento é diferente?

Trabalhador 1: (...) o pessoal que vem do campo já é diferente. Então isso que tu falasse existe, é motivo às vezes de conflito, de agressão física mesmo e de muita divergência. Por quê? Porque o pessoal não consegue entender, os peões que vêm de fora não conseguem entender a cabeça da galera. E essa turma também não consegue entender, porque eles fazem: porra,

porque é vocês tão fazendo isso, com a empresa que tá dando tanto pra gente? Tá entendendo? Então fica esse negócio.

Os relatos acima nos remetem a uma espécie de mosaico e revela algumas das principais clivagens no interior da massa que conformou a classe trabalhadora no setor da construção civil em Suape.

Considerações finais

O artigo buscou realizar um duplo esforço. Por um lado, tentou-se mapear em linhas gerais a reflexão teórico-conceitual – bem como suas inevitáveis implicações políticas, sociais e econômicas – em torno das noções de “novo desenvolvimentismo” e “social desenvolvimentismo”, assim como os problemas e ambiguidades que cercam tais noções. E, por outro lado, empenhou uma análise empírica da questão, ao enfocar a experiência industrializante recente de Suape (PE) e, mais especificamente, o caso do setor da construção civil nesta região.

A dimensão empírica desta pesquisa indica que a chegada do (novo) desenvolvimento em Suape gerou inicialmente um aumento massivo dos postos de trabalho, com avanços significativos em termos do volume criado de vínculos de trabalho formais. Tal massa de empregos formais teve, como esperado, efeitos muito positivos no tocante à expansão do mercado de consumo de bens por parte desta nova massa assalariada. O consequente aumento da demanda ativou, por sua vez, cadeias variadas de produção de bens e serviços, implicando em maior geração de empregos indiretos.

Por outro lado – e talvez contrariando o que se poderia esperar de uma experiência desenvolvimentista com o “social” como eixo –, os dados analisados não indicaram ou sugeriram a existência de mecanismos “extra-mercado” capazes de se antecipar à esperada desmobilização do grande contingente de trabalhadores da construção civil, que forçosamente ocorreria quando do término da fase de implantação dos colossais empreendimentos em infraestrutura. Em outras palavras, não teria havido maiores preocupações em garantir, via intervenção público-estatal, a manutenção da situação de expansão dos volumes de empregos formais criados, redirecionando tais contingentes de trabalhadores para outros empreendimentos ou setores econômicos.

Além disso, houve a reprodução da precariedade, que é um velho marcador social do mercado de trabalho brasileiro – não se constatou, por exemplo, interrupção da conhecida dinâmica de altos índices de rotatividade no mercado de trabalho na construção civil. Como ficou evidenciado nas reivindicações dos trabalhadores, a terceirização e a subcontratação permaneceram e, junto com elas, mantiveram-se condições precárias de trabalho.

Não era objetivo deste trabalho analisar em detalhe as políticas públicas (econômica, industrial, social, ambiental etc.) dos governos estadual e federal no período, e sim somente usar Suape como laboratório em que certas concepções teóricas centrais atribuídas ao ND pudessem ser testadas empiricamente. Portanto, aqui só poderíamos emitir algumas proposições a respeito, que aguardariam verificação na literatura já existente e em estudos futuros.

O novo desenvolvimentismo padece de incongruências ou contradições em sua concepção teórico-conceitual, que se manifestam na tentativa de se equilibrar entre opostos: desenvolvimento econômico e social com contenção fiscal – que implica em limitação de instituições público-estatais capazes de equacionar os interesses da expansão econômica e da distribuição

social e popular dos benefícios do crescimento –; intervenção estatal que efetiva a lógica típica do mercado – em vez de colocar esta a serviço de princípios extra-econômicos (tais como a inclusão social, o desenvolvimento sustentado ecológica e socialmente etc.) –; heterodoxia respeitando a ortodoxia etc.

Em particular ao “social como eixo do desenvolvimento”, tais contradições revelam-se no caso da experiência “novo-desenvolvimentista” ocorrida em Suape: o momento do crescimento econômico parece desarticulado do planejamento do desenvolvimento em função das características e necessidades sociais, populares, ambientais etc. As políticas sociais e distributivas governamentais parecem se situar em um plano que nada tem a ver com o da expansão econômica; cruzam-se por vezes, mas não raro na forma de atropelos diversos e quase sempre em desfavor do “eixo social”.

O segmento da construção civil, como analisado em Suape, constitui um caso exemplar que sintetiza as contradições do novo desenvolvimentismo. Se por um lado houve a elevação do PIB pernambucano e a geração de empregos; por outro, observamos que houve a reprodução de condições precárias de trabalho e os impactos negativos na esfera social (e ambiental) são sentidos até hoje. Os trabalhadores tiveram suas trajetórias impactadas ao serem atraídos pelos milhares de empregos inicialmente disponíveis e, em seguida, foram dispensados. A mobilização de gigantescos investimentos públicos e privados para o impulso econômico e industrial não foi seguida por igual esforço do “social como eixo do desenvolvimento”, de modo que o novo desenvolvimentismo parece ter muito pouco de realmente novo.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. A.; ALMEIDA, A. T. C. (2012) **Impactos sociais do porto de Suape: o caso da exploração sexual na praia de Gaibu-PE. Monografia (Conclusão de Curso).** Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba

BALZA, Guilherme. (2011) **“Mais de 170 mil trabalhadores da construção civil cruzaram os braços em março, aponta DIEESE”**, UOL Notícias. Página consultada a 18/10/2016, em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/04/mais-de-170-mil-trabalhadores-da-construcao-civil-cruzaram-os-bracos-em-marco-aponta-dieese.htm>

BASTOS, P.P.Z. (2012) “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”. **Economia e Sociedade**, 21 (número especial), 779-810.

BIELSCHOWSKY, R. (2012) “Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual”. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. (2008) “Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina”. **Caderno CRH**, 21 (53), 303-319.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2016) “Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese”. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, 11 (19), 145-165.

_____. (2011) “From old to new developmentalism in Latin America”, in OCAMPO, J. A.; ROSS, J. (orgs.) **Handbook of Latin American Economics**, Oxford, Oxford University Press.

_____. (2004) “Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência”, in TOLEDO, C.N. (org.) **Intelectuais e Política no Brasil: A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro, Revan.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2004), “O novo desenvolvimentismo”, Folha de São Paulo, 19 de Setembro. Consultado a 15.10.2017, em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>

CANO, W.; SILVA, A.L.G (2010). “**Política industrial do Governo Lula**”, Texto para Discussão, IE/Unicamp, n. 181, jul.

CARNEIRO, R. (2012) “Velhos e novos desenvolvimentismos”. **Economia e Sociedade, Campinas**, 21 (Número especial), 749 - 778.

CASTRO, A. B. (2002) “A Rica Fauna da Política Industrial e a sua Nova Fronteira”. **Revista Brasileira de Inovação, Campinas**, 1 (2), 253-274.

CAVALCANTI, H.; SOUZA, M.A.A.; OLIVEIRA, R.V. (orgs.) (2018) **Suape e desenvolvimento em questão: impactos do complexo industrial portuário de Suape (CIPS)**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana.

CEPÊDA, V. (2012) “Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico”. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, 26(75), 77-90.

CORRÊA, S. R. M. (2015) “Neodesenvolvimentismo e conflitos socioambientais na Amazônia: um estudo a partir das lutas e resistências dos movimentos sociais contra o projeto hidrelétrico de Belo Monte”. *EcoEco* – **Anais. XI Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Araraquara;

CORRÊA, S. R. M.; OLIVEIRA, R.V. (2015) “Neodesenvolvimentismo e Conflitos Socioambientais na Amazônia: um estudo a partir das lutas e resistências dos movimentos sociais”. **Associação Latino-Americana de Sociologia** – Anais. ALAS, XXX Congresso Latino-Americano de Sociologia, San José.

DINIZ, E. (2011) “Rediscutindo a articulação Estado e desenvolvimento no novo milênio”, in BOSCHI, R. (org.) **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

FERRAZ, M.B. (2009) “Retomando o debate: a nova política industrial do Governo Lula”. **Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, IPEA**, n.32, jan-jun.

FIORI, J. L. (2011) “**A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’**”, Carta Maior, 30 de novembro. Consultado a 15/08/2015, em <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-miseria-do-novo-desenvolvimentismo-/20887>.

_____. (2012) “O ‘desenvolvimentismo asiático’”, **Carta Maior**, 25 de Janeiro. Consultado a 15/08/2015, em <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-desenvolvimentismo-asiatico/20889>.

GAITÁN, F. (2011) “O desenvolvimento esquivo e as tensões do desenvolvimento”, in **BOSCHI, R. (org.) Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

GODOY, J. H. A. (2014) “**Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no Território Estratégico de Suape/PE**”. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

GODOY, J.H.A.; MEDEIROS, R. S. (2015) “Desenvolvimento, território e políticas sociais: Suape e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos”. **Repocs**, 12 (24), 77-99.

GONÇALVES, R. (2012) “**Novo desenvolvimento e liberalismo enraizado**”, Serviço Social e Sociedade, 112 (1), 637-671.

GUARDA, A.; LIMA, F. (2011) “Babel de tensão e interesses”, **Jornal do Commercio**. Consultado a 21/05/2015, em <http://pedesenvolvimento.com/2011/02/20/babel-de-tensao-e-interesses/>

GUMIERO, R.G. (2018) “A concepção de desenvolvimento nos quatro momentos de implementação do complexo industrial portuário de Suape (1955-2015)”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, v.20, n.1, p.32-50, jan-abr.

MORAIS, J.M.L.; LIMA JR., F.O. (2010) “Política industrial do Governo Lula: desenvolvimentista ou corretiva de falhas de mercado”. **Encontro Regional de Economia** – Anais. Fortaleza, ANPEC-Nordeste. Consultado a 18/08/2017, em <https://www.bnb.gov.br/documents/160445/220414/politica.pdf/1a38963a-4386-44cd-ac1f-3c63c48892be>.

MOREIRA, Saulo. (2011) “Redenção e Contradição: Uma reflexão para o futuro – Duas obras, mais de 38 mil homens”, **Jornal do Commercio**. Consultado a 12/08/2016, em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/o-A-66oSuape_PDF.pdf

OREIRO, J. L. C. (2012) “Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica”. **Estudos Avançados**. São Paulo, 26 (75), 29-40.

RODRIGUES, Victor de Oliveira. (2012) Para não dizer que não falei das flores: as lutas dos

trabalhadores na Construção Civil no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE). **(Dissertação) PPGS/UFPE.**

ROMBALDI, M.A. (2014) “Copa de 2014 e os trabalhadores da construção: estratégias globais, mobilizações locais”, **Revista da ABET**, 13(1), 184-198.

SANTOS, T. (2004) “**Neodesenvolvimentismo: para onde vamos**”, Página eletrônica pessoal do autor. Consultado a 1/10/2012, em: <http://theotoniodossantos.blogspot.com.br/2009/07/neodesenvolvimentismo-para-onde-vamos.html>

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (2007) “Por que novo-desenvolvimentismo?”. **Revista de Economia Política**, 27 (4), 507-524.

SICSÚ, João. (2017) “Quantos empregos custa a Lava Jato?”, **Revista Carta Capital**. Consultado a 15/03/2018, em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/quantos-empregos-custa-a-lava-jato>.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (2014) “Brasil em obras, peões em luta, sindicatos”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, 111-136.

_____ (2013) “Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho”. **Caderno CRH**, 26 (1), 233-252.

Otros documentos:

PARTIDO DOS TRABALHADORES. (2002) “**Programa de Governo**”. Consultado a 20/08/2017, em <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>

Valor Online (2007), “Brasil entrou em novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo, avalia Mantega”. Página consultada a 08.03.2018, em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829>